

ATA SIMPLIFICADA

8º REUNIÃO ORDINÁRIA COMITÊ GESTOR DE ORÇAMENTO E DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU (CGOP1G)

Assunto: 8ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor de Orçamento e de Priorização do

Primeiro Grau (CGOP1G) – Gestão 24/25

Data: 22/05/2025 – quinta-feira

Horário: 10h30 às 11h45

Local: Via Teams

Participantes

- Daniele Machado Toledo, Juíza de Direito, atual Coordenadora do Comitê.
- Elisa Leonesi Maluf, Juíza de Direito
- Emerson Luiz Ferreira Franco, Oficial de Justiça
- Fabiana Araújo Moreira Deplan
- Henrique Dada Paiva, Juiz Assessor da Presidência
- Lilian Cristina de Castro Tramontini Supervisora de Serviço-Comarca de Gália
- Patricia Tiuman de Souza Carvalho Secretaria da SPI
- Rafael Reis, Coordenador 9º Ofício Cível de Guarulhos
- Renata Carolina Casimiro Braga Velloso Roos, Juíza Assessora da Corregedoria
- Rodrigo Teixeira Diretor Deplan
- Tarcisio dos Santos, Escrevente Técnico Judiciário DAI 3.1
- Vanessa Cristina Martiniano Secretária da SGP

Principais Assuntos conversados

A reunião foi iniciada pela Dra. Daniele Machado Toledo, que assumiu a Coordenadoria do Comitê em razão da ausência da titular que está de licença maternidade. A Dra. Daniele destacou a fase final do biênio e a necessidade de máxima objetividade para concluir os projetos em andamento e entregar resultados concretos. Solicitou ao Senhor Rodrigo



Teixeira que apresentasse os pontos da pauta dos subgrupos:

- Prestação de contas do Projeto de Residente Jurídico
- Comentários sobre o estudo de plano de carreira que será apresentado à Presidência
- Aprofundamento do material da minuta da sobrecarga de trabalho nos setores técnicos em trabalho
- Discussão dos programas de incentivo à produtividade
- Aprovação da minuta da segunda etapa do curso de gestão da EPM
- Discussão sobre estudo de qualificação de magistrados e servidores

Resumo detalhado da reunião

Grupo 1_Qualidade do Trabalho dos Funcionários e Magistrados

A Dra. Daniele Machado Toledo parabenizou a equipe da Deplan pelo trabalho realizado sobre o modelo de Plano de Carreiras apresentado, que possibilita ao magistrado verificar a data aproximada em que poderá ser promovido ao cargo de Desembargador.

Destacou que o projeto retrata a problemática das atuais remoções e promoções e apontou a necessidade da reformulação da legislação de organização judiciária tendo em vista recentes decisões do STF para que, em um ano, os Tribunais adequem a movimentação da carreira dos magistrados e que, em breve, o projeto será apresentado à Presidência.

Quanto à temática de motivação do servidor, a Dra. Daniele alertou sobre a deficiência de capacitação em gestão, tanto dos magistrados quanto dos servidores que exercem cargos de liderança, que acabam tendo poucas ferramentas para o reconhecimento do funcionário.

O Senhor Emerson Franco apresentou algumas propostas, como auxílio nutrição e adicional de qualificação, que já estão sendo tratados pela Presidência, e, por isso, deliberaram por tratar no Comitê apenas questões que ainda não foram desenvolvidas sobre o tema. Sem impedimento de fazer o acompanhamento das ações institucionais referente às sugestões apresentadas.

Dra. Daniele enfatizou a prioridade de trabalhar com ferramentas que não impactam o



orçamento do Tribunal a fim de encontrar soluções para o reconhecimento e valorização dos servidores, como exemplo, reaver os dias de descanso que os servidores tinham direito de usufruir no período de um ano (abonadas).

O Senhor Rodrigo Teixeira destacou a importância de motivar os magistrados e a possibilidade de melhorar a interpretação do Tribunal sobre a importância dos afastamentos para estudos.

Outro item, discutido e aprovado, foi o segundo módulo do curso de Gestão da EPM desenvolvido pela Dra. Daniele Toledo, contendo proposta de cinco aulas abordando temas como gestão de pessoas, motivação, gestão de cartório e gabinete, gestão da mudança, e inteligência artificial no Judiciário. O Dr. Henrique Dada Paiva sugeriu uma pequena alteração a fim de incluir especialistas locais na última aula do curso.

A Dra. Elisa Maluf comentou a respeito da recente divulgação da ferramenta de inteligência artificial "Apoia", desenvolvida pelo CNJ, e sugeriu a inclusão desse tema no curso de Gestão apresentado pela Dra. Daniele Toledo. Na sequência, o Dr. Henrique Paiva observou que, em breve, tal programa poderá ser integrado ao sistema eproc, destacando, contudo, que, por se tratar de uma solução que pode inviabilizar a contratação de outras ferramentas semelhantes, a Presidência adota postura cautelosa, aguardando a definição quanto à prevalência desse entendimento.

O último tópico tratou do incentivo à qualificação de magistrados e servidores, o qual foi incorporado à pauta do Subgrupo 1 para deliberação, por se relacionar diretamente com aspectos de meritocracia e motivação.

<u>Grupo 2_Sobrecarga nos Setores Técnicos</u>

O grupo discutiu a sobrecarga de trabalho nos setores técnicos em vista das inúmeras demandas advindas da justiça paga chegando a cerca de 70 % dos casos.

A Dra. Daniele Toledo propôs desenvolver no formato de recomendação a minuta apresentada pelo psicólogo Wadson do Carmo Alonso e sugeriu a coparticipação do Centro de Inteligência nos estudos a fim de atribuir à pesquisa uma roupagem científica para a elaboração de nota técnica a ser levada à aprovação da Presidência.

A Dra. Renata Roos recomendou o encaminhamento à Dra. Paula Gomes, Juíza Assessora da Corregedoria, uma vez que o referido órgão já está tratando dos convênios com universidades e do banco de peritos. O Dr. Henrique Paiva sugeriu já incluir a Corregedoria para participar na elaboração da recomendação a fim de evitar trâmites desnecessários e retrabalho.

A senhora Vanessa Martiniano alertou para a necessidade de ponderação no embasamento do assunto, a fim de evitar eventual insurgência por parte dos aprovados



nos concursos para psicólogos e assistentes sociais que aguardam nomeação.

Grupo 4 Programa de Residência Jurídica

A Dra. Daniele atualizou os integrantes sobre o programa de Residência Jurídica apresentado aos assessores da Presidência, destacando o sucesso do projeto e a necessidade de estudos adicionais sobre a viabilidade de processos seletivos sem a necessidade de concurso público, conforme o modelo do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

A Senhora Vanessa Cristina Martiniano informou que a SGP está estudando e terá até junho para apresentar uma proposta à Presidência, incluindo o resultado da consulta à Vunesp para fins da realização do processo seletivo, abrangendo questões de custo, cotas, heteroidentificação, dentre outros critérios importantes.

A Dra. Elisa Maluf indagou sobre a possibilidade da nomeação de escreventes para os gabinetes, em razão da implantação do eproc (Portarias nº 10.579 e 10.580/2025), eventualmente prejudicar a solicitação de residentes jurídicos. Em resposta, o Dr. Henrique Paiva esclareceu que uma situação não inviabilizaria a outra, uma vez que as atribuições desempenhadas nos gabinetes seriam distintas.

Compromissos Firmados

- Plano de Carreira dos magistrados: agendar reunião para apresentação do modelo à Presidência.
- Incentivo à qualificação e motivação de magistrados e servidores: A discussão será retomada no subgrupo 1 – Qualidade do trabalho
- Curso de Gestão da EPM: Dra. Daniele fará as alterações sugeridas na minuta do módulo do curso e encaminhará para a dra. Maria Rita Rebello Pinho Dias – EPM.
- Estudo dos Setores Técnicos: Dra. Daniele fará contato com Dr. Henrique para alinhar o projeto via Centro de Inteligência, envolvendo a Dra. Maria Rita Rebello Pinho Dias e Dra. Paula Lopes Gomes da Corregedoria.
- Projeto de Residência Jurídica: Acompanhar o retorno da SGP no tocante ao processo seletivo



Próxima reunião:

Agendada para o dia 24 de julho de 2025, às 10h30.

(Nada mais, eu, Fabiana Moreira, servidora da Diretoria de Planejamento Estratégico, minutei a presente ata, que foi conferida e assinada digitalmente pela Dra. Daniele Machado Toledo, Coordenadora do CGOP1G).